

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

TIAGO DANTAS TAUFNER

**A OPERAÇÃO LAVA JATO E A REPRODUÇÃO SIMBÓLICA
DE DESIGUALDADES NO BRASIL**

VITÓRIA
2018

TIAGO DANTAS TAUFNER

**A OPERAÇÃO LAVA JATO E A REPRODUÇÃO SIMBÓLICA
DE DESIGUALDADES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória
– FDV, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Direito.
Orientadora: Prof. Dr. Wilton Bisi Leonel.

VITÓRIA

2018

TIAGO DANTAS TAUFNER

**A OPERAÇÃO LAVA JATO E A REPRODUÇÃO SIMBÓLICA
DE DESIGUALDADES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovado em __ de dezembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof Dr. Wilton Bisi Leonel
Faculdade de Direito de Vitória
Orientadora

Profº _____
Faculdade de Direito de Vitória

Profº _____
Faculdade de Direito de Vitória

A meus pais e irmão, que são as pessoas mais importantes da minha vida, minha pequena família.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a toda minha família por todo o apoio durante todo o período da graduação, especialmente a minha mãe Rita pelo cuidado, a meu pai Domingos pelo estímulo e a meu irmão Leonardo pelo apoio nos bons momentos e também nos momentos mais difíceis.

Gostaria de agradecer a Universidade Federal do Espírito Santo, especialmente ao Departamento de Ciências Sociais, que me possibilitou uma formação jurídica complementada com a sociologia, a antropologia e a ciência política.

Meu enorme agradecimento a meu Orientador Wilton Bisi, por toda a ajuda e orientação neste tema desafiador e estimulante, ao qual é de extrema importância se debruçar.

Por fim gostaria de agradecer imensamente a toda a comunidade da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), por todas as oportunidades que me foram apresentadas. Grupos de Pesquisa, Monitorias, Matérias Eletivas e, principalmente, o intercâmbio que fiz na Universidade de Bolonha, na Itália, foram experiências possibilitadas pela FDV que contribuíram imensamente na minha formação enquanto jurista e cidadão.

RESUMO

O pensamento social brasileiro majoritário defende, de forma inconsistente, que o patrimonialismo seria o elemento fundamental da formação do Estado brasileiro. Segundo essa tese, defendida por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta, a formação do Estado brasileiro foi marcada pela confusão entre Estado e Família, de modo que a apropriação patrimonialista do Estado, na qual o interesse pessoal é privilegiado em detrimento do interesse público. Desse modo, o Brasil seria uma sociedade atrasada devido a influencia monárquica portuguesa em nossa formação. Diante disso, a Operação Lava Jato é utilizada como um mecanismo para difundir ainda mais a tese do patrimonialismo, permitindo que a pauta neoliberal ganhe força, legitimando privatizações e a “corrupção real” da evasão fiscal, com a disseminação do discurso de que “imposto é roubo”. Ao disseminar a tese do patrimonialismo, a Operação Lava Jato contribui para mascarar que a desigualdade é o verdadeiro elemento fundamental da formação social brasileira, como bem coloca Jessé de Souza. Com isso, a Lava Jato é utilizada como mecanismo para a reprodução simbólica no Brasil, 10º país mais desigual do mundo segundo Relatório da ONU.

Palavras-chave: Desigualdade; Patrimonialismo; Lava Jato; Corrupção; Elite.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 A CRÍTICA A TESE DO PATRIMONIALISMO	09
1.1 O PATRIMONIALISMO A PARTIR DE RAYMUNDO FAORO, ROBERTO DAMATTA E SERGIO BUARQUE DE HOLANDA	10
1.2 A CRÍTICA A PARTIR DE JESSÉ DE SOUZA	14
1.3 A DESIGUALDADE COMO ELEMENTO CENTRAL DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	19
1.4 DESIGUALDADE E CORRUPÇÃO NO COMPARATIVO INTERNACIONAL	21
2 A LAVA JATO E A CONSTRUÇÃO DA SUBCIDADANIA	24
2.1 A LAVA JATO E A TESE DO PATRIMONIALISMO	25
2.2 O ELITISMO DA OPERAÇÃO	28
2.3 A OPERAÇÃO LAVA JATO E A “CORRUPÇÃO REAL”	32
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Deflagrada em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato já representa um importante marco na história brasileira. O caso que se tornou uma das operações policiais mais famosas de toda a história da Polícia Federal começou com a prisão preventiva de 17 pessoas dentre as quais estava doleiro Alberto Youssef,. Após mais de quatro anos de operação em 52 fases diferentes, a Lava Jato divide opiniões e se aparece como um fator fundamental da política brasileira. Políticos e empresários renomados foram presos, dentre os quais destacam-se Antônio Palocci, Eduardo Cunha, Marcelo Odebrecht e, principalmente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alvo de condução coercitiva, divulgação de áudios privados e condenado, em primeira – pelo juiz Sérgio Moro – e segunda instância – pela 8ª turma do TRF-4 – sendo preso em Abril de 2018.

É possível dizer que condução coercitiva e a divulgação dos áudios do ex-presidente Lula, feitas por determinação do Juiz Sérgio Moro, tiveram papel importante na crise política que culminou na queda do governo Dilma Rousseff. As decisões judiciais tem tido um papel enorme no desenrolar da política brasileira, vale lembrar declaração do Ministro Gilmar Mendes que afirmou ao Jornal O Globo que a suspensão da nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil do Governo Dilma Rousseff enfraqueceu o governo que posteriormente viria a cair (O GLOBO, 2018). Nesse sentido Jessé de Souza afirma que:

“Nos tempos recentes não tivemos apenas a judicialização da política, mas, muito pior, a politização da justiça. A linha é fluida, mas o princípio é claro: sempre que houver predominância da política sobre o direito, este perde sua autonomia. Temos então um simulacro de direito e uma caricatura de justiça, foi precisamente isso que tivemos na operação Lava Jato” (SOUZA, 2016, I-1926)

Vale ainda dizer que a condenação do ex-presidente Lula, resultada de denúncias da força-tarefa da Operação Lava Jato impediram o ex-presidente de se candidatar nas eleições presidenciais de 2018, vencidas por Jair Bolsonaro.

Ficam nítidos os diversos efeitos políticos de uma operação que, como será demonstrado a seguir, dissemina a ideia de que a corrupção é o principal problema

do Brasil. A tese do patrimonialismo, que será desconstruída no presente trabalho, atua de modo a mascarar e reproduzir as desigualdades no Brasil.

Na primeira parte do presente trabalho será discutida a tese do patrimonialismo, sua reprodução pelos principais atores da Operação Lava Jato além da inconsistência dessa tese levantada por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Damatta e Raymundo Faoro. A tese do patrimonialismo, disseminada pela Operação Lava Jato, é utilizada para o elemento verdadeiramente fundamental da formação social brasileira: a desigualdade.

Na segunda parte será abordado de que modo a operação Lava Jato reproduz as desigualdades simbólicas no Brasil. Como será demonstrado a seguir, a força-tarefa da Operação tem um perfil elitista, que nada se difere, nas origens familiares, das elites dirigentes do país. Ainda será visto como que a operação contribui para a implementação de uma agenda neoliberal no país legitimando, dentre outras coisas, a “corrupção real” da evasão fiscal no país.

A Operação Lava Jato representa e provavelmente representará, ainda mais, um marco na História brasileira, sendo de fundamental importância se debruçar sobre ela buscando entendê-la enquanto fenômeno político-jurídico. Este trabalho visa a contribuir com uma análise sociológica crítica acerca da operação que é, possivelmente, a mais marcante operação policial de toda a História do Brasil.

1. A CRÍTICA À TESE DO PATRIMONIALISMO

A tese do Patrimonialismo, defendida por Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, se refere, em suma, a falta de diferenciação entre o patrimônio público e o patrimônio privado. Para esses autores, essa é uma característica elementar da formação do Estado Brasileiro, que seria caracterizado por uma apropriação privada do espaço público, que ocorre de diversas formas, direta e indiretamente, desde pagamento de propina até a concessão de pequenos favores, o que seria típico de uma sociedade em que a racionalidade moderna fosse pouco presente.

Não buscamos aqui negar que a corrupção e o patrimonialismo sejam marcantes na formação do Estado Brasileiro, mas como será exposto adiante esta não é, e está longe de ser, a característica principal, elementar da formação do Estado brasileiro, sendo típica de todo o capitalismo periférico, nada tendo de especial no contexto brasileiro.

Diante disso, a tese do patrimonialismo desvia o debate da verdadeira característica elementar da formação social brasileira: a desigualdade. Como será abordado ao longo do capítulo, a desigualdade e subcidadania que são as características principais da sociedade brasileira, marcada por opressões, desigualdades, o que muito se origina no regime escravista, que aqui perdurou por séculos, sendo forte aqui como em nenhum outro lugar do mundo.

Joaquim Nabuco, na obra “O Abolicionismo”, já em 1883 descrevia a escravidão no Brasil como típica de um país de uma oligarquia atrasada, fechada ao desenvolvimento e acomodada enquanto elite, o que impedia, o desenvolvimento dos ideais liberais no Brasil. O autor ainda pontua que:

“Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias – o português, o africano e o indígena - a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres do raça negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra.” (NABUCO, pag. 59).

Ou seja, a escravidão, que é uma relação essencialmente de desigualdade, que nega até mesmo a condição de cidadão de um indivíduo, se mostra extremamente marcante também por ter atingido duas das três etnias que compunham o Brasil do final do século XIX.

Soma-se a isso o fato de que de 1519 a 1867, o Brasil recebeu 41% dos negros escravizados saídos retirados da África e trazidos para as Américas, sendo que o Brasil foi o último país americano a abolir a escravidão (ELTIS; RICHARDSON, 2003). Ou seja, o regime escravista, essencialmente desigual, que legitima sua desigualdade ao tratar seres humanos enquanto propriedade, sem qualquer direito ou qualquer possibilidade de cidadania. Como será explorado neste capítulo, essa herança, que aqui foi forte como em nenhum outro lugar das Américas, será fundamental para a construção da subcidadania que será aqui abordada.

1.1 O PATRIMONIALISMO A PARTIR DE RAYMUNDO FAORO, ROBERTO DAMATTA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.

Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995), detalha a influência da colonização portuguesa na formação política e social do Estado brasileiro. Portugal, até a independência do Brasil era uma monarquia e, segundo o autor, isso contribuiu para que esse regime fosse estabelecido no Brasil. A independência, para ocorrer, necessitou da liderança do então príncipe regente, Dom Pedro I e após a consolidação do processo independentista, Dom Pedro se fortalece politicamente, o que permite também um fortalecimento do regime monárquico, defendido pelo líder da independência. A monarquia perdurou até 1891, sendo superada pela República Velha – um regime oligárquico e conservador. Desse modo, pela forte presença do regime monárquico na formação do Estado brasileiro, que a separação entre Estado e família fica confusa no contexto brasileiro, de modo que o patrimonialismo e personalismo se mostram muito presentes no Estado, ao contrário do individualismo e republicanismo, típicos do Estado liberal moderno europeu.

Holanda, ao comparar a formação social brasileira com o contexto europeu, afirma que o desenvolvimento da racionalidade, essencial para o Estado Moderno, foi um tanto falho no contexto brasileiro, por não haver uma ruptura entre Antigo Regime e Estado Moderno, o familismo se torna marcante num país em que Estado Moderno e Monarquia se misturam, no qual o dito Estado Moderno é dominado por uma família real. Nesse sentido é que Holanda cunha o conceito do Homem Cordial, um agente público que age com a emoção ao invés da razão, que deixa de lado a racionalidade para atender a interesses pessoais de seus compadres.

O fenômeno do patrimonialismo, segundo Raymundo Faoro (1958) é que impede o desenvolvimento econômico brasileiro, caracterizando uma sociedade de um capitalismo atrasado. O autor descreve que:

“O capitalismo cresce à sombra da casa real, faz-se apêndice do Estado. A economia racional, entregue às próprias leis, com a calculabilidade das operações, é frustrada no nascedouro. Esse pecado original da formação portuguesa ainda atua em suas influências, vivas e fortes, no Brasil do século XX. O capitalismo, tolhido em sua manifestação plena, desvirtua-se, vinculando-se à política. É o capitalismo político, que vai encontrar campo de expansão nos monopólios reais, nos arrendamentos de tributos, na venda de cargos, nos fornecimentos públicos, nos privilégios. O comércio e a indústria reduzem-se a alimentar as necessidades do Estado.” (FAORO, 1958, p. 12)

Ou seja, todo o atraso da sociedade brasileira seria fruto de um pecado original de nossa formação colonial monárquica portuguesa, que teria impedido o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, uma vez que Estado e Família se confundem no contexto da formação social brasileira.

Holanda, nesse sentido, assim afirma que:

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma graduação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinação fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não mais naturais e rudimentares, uma procissão

das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência.” (HOLANDA, 1995, p. 141).

A ausência dessa distinção entre o Estado e a Família que causa o fenômeno do patrimonialismo no Brasil na visão de Holanda.

Vale citar que Sérgio Buarque viveu na Alemanha de 1929 a 1936, trabalhando como jornalista naquele país, aonde teve contato com as teorias alemãs, principalmente o pensamento de Max Weber, pilar de sua obra. O livro raízes do Brasil, publicado inicialmente no ano de 1936, é escrito nesse contexto, em que o autor vivia na Alemanha, estudando teorias alemãs a aplicando-as para analisar a formação política e social brasileira. O que pode explicar o alto grau de comparação implícito entre Brasil e Europa na obra, o que, por sua vez, também revela sua insuficiência sociológica que será mais detalhada a seguir.

Roberto DaMatta, em “Carnavais Malandros e Heróis” (DAMATTA, 1997), especificamente em seu capítulo IV, intitulado “Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”, compara explicitamente as sociedades norte-americana e brasileira a partir dos conceitos de individualismo e personalismo.

DaMatta afirma que no Brasil, o personalismo é mais presente, em detrimento do individualismo, verbalizado pela expressão “Você sabe com quem está falando?”. Essa expressão sugere uma relação de desigualdade, utilizada para diferenciar o falante do público comum. Uma forma de justificar um privilégio de tratamento em razão de se ocupar um cargo público, ou por ter alguma influência política.

Essa expressão, segundo DaMatta, pode ser usada em diversos contextos, como em abordagens policiais, repartições públicas ou até mesmo entre particulares, mas sempre para declarar um privilégio proveniente de uma posição no Estado, o que revela uma faceta do patrimonialismo, se apropriando também do monopólio da força do Estado, utilizando o poder punitivo do Estado em benefício próprio.

DaMatta opõe a expressão “Você sabe com quem está falando?” a expressão em americana “Who do you think you are?” ou “Quem você pensa que é?”, traduzida para o português. Na semântica as duas frases parecem expressar a mesma coisa, mas tem usos completamente diferentes. Enquanto no Brasil o “Você sabe com quem está falando?” declara uma relação de desigualdade e privilégio, o “Who do you think you are?” reestabelece, no contexto americano, uma situação de igualdade, sendo utilizada quando alguém parece querer ser privilegiado. Nesse sentido o autor afirma que:

“O exemplo não poderia ser melhor, porque no caso americano a pergunta aparece no seu sentido inverso, para situar o homem como um igual, e não como superior. A forma americana, contendo inclusive o verbo “pensar” (*to think*), indica que o pedante com pretensões a superioridade atua num plano da fantasia, pois, é certamente ele que pensa (tomando a realidade social subjetiva) algum direito a mais do que os outros. Seus concidadãos de fila, ao contrário, usam a fórmula para trazê-lo de volta ao mundo real, reforçando as regras igualitárias e colocando no plano do imaginário e da fantasia as pretensões hierarquizantes. Assim, enquanto o “sabe com quem está falando?” situa que o usa numa posição superior, sendo um rito autoritário de separação de posições sociais, o “Who do you think you are?” é, inversamente, um rito igualitário. Num caso, quem usa a fórmula é que pensa ser superior. Noutro, que se utiliza dessa é aquele que é atingido pela pretensão autoritária. Em todos os níveis, nota-se a inversão simétrica das duas sociedades. (DAMATTA, 1997, p. 197).

Ou seja, o “Who do you think you are?” revela o individualismo, entre indivíduos “sem rosto”, em que se estabelece uma relação de igualdade, enquanto o “Você sabe com quem está falando?” remete exatamente ao oposto, a relação de indivíduos “com rosto”, em que se explicita uma relação de superioridade. O personalismo segundo DaMatta é expresso no tal jeitinho brasileiro, que seria uma forma impedir a incidência da impessoalidade do Estado em face de certas pessoas, capazes de conseguir o tal jeitinho.

O texto de Roberto DaMatta é do ano de 1979, sendo um bom retrato do Brasil dos anos de 1970, auge da repressão e do autoritarismo da Ditadura Militar. Diante disso; além de se tratar de uma análise falha por comparar uma sociedade central (Os EUA) com uma sociedade periférica (O Brasil) o que impede o encontro de elementos tipicamente brasileiros, e não tipicamente periféricos; o “Você sabe com quem está falando?” parece mais um retrato do momento histórico vivido pelo Brasil à época, sendo, então, fruto mais de um autoritarismo, típico de um regime ditatorial.

1.2 A CRÍTICA A PARTIR DE JESSÉ DE SOUZA.

Todos os três autores citados, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta, principalmente os dois primeiros, são fortemente influenciados pela tradição sociológica weberiana. Esses autores, segundo Jessé de Souza, aplicam muito mal a teoria weberiana para explicar a formação social brasileira. Jessé de Souza (2015) afirma que esse weberianismo, muito expresso por Sérgio Buarque de Holanda, enxerga apenas o Estado enquanto corrupto, mascarando a corrupção real, realizada pela elite econômica, externa ao Estado (SOUZA, 2017).

Souza afirma que o weberianismo desses autores acaba por ignorar as perspectivas mais críticas de Weber, que busca entender como a dominação social é legitimada. Para Souza (2015) a própria teoria weberiana é utilizada pelo pensamento social brasileiro para mascarar e legitimar relações de dominação simbólica no contexto brasileiro. Nesse sentido, Souza afirma que:

“Minha tese é, portanto, que a obra de Max Weber foi utilizada em sua versão apologética para conferir “prestígio científico” a uma visão de mundo atrelada a interesses particulares que se mascararam com a universalidade e a neutralidade apanágio do prestígio científico” (SOUZA, 2015, I-191).

O cientificismo, então, aparece para legitimar um racismo velado de um culturalismo científico, legitimando um racismo científico, opõe as sociedades centrais e periféricas. Desse modo, o autor também diz que:

“[...] a própria construção de uma oposição substancial entre sociedades avançadas do centro – Europa ocidental e Estados Unidos – e sociedades latino-americanas – foi feita, pelo menos na versão mais “moderna” e “culturalista”, em grande medida com base nas categorias weberianas.” (SOUZA, 2015. I-179)

Ou seja, o uso da teoria weberiana aparece como forma de encobrir privilégios e relações de poder a partir de narrativas “culturalistas” para explicar o Brasil, que advogam pela ausência de racionalidade na formação do mundo periférico.

Com isso, segundo o autor, a tese do patrimonialismo se tornou dominante na sociologia brasileira, afirmando uma suposta especificidade social pré-moderna do Estado brasileiro, expressa nas obras de Roberto Damatta, Raymundo Faoro e

Sérgio Buarque de Holanda, com os conceitos de patrimonialismo e jeitinho brasileiro.

Em, “A Tolice da Inteligência Brasileira”, Souza diz que o figura do “homem cordial”, cunhada por Sérgio Buarque de Holanda, esconde uma relação de oposição e comparação, que permanece implícita no texto de Holanda, que expõe um racismo cultural legitimado cientificamente por essa vertente weberiana. Nesse sentido, Souza salienta que:

“O fundamento implícito de todo o raciocínio de Buarque no seu principal livro é a oposição entre duas abstrações: o “homem cordial”, como tipo genérico brasileiro; e o “protestante ascético”, como seu contraponto norte-americano. O homem cordial é simplesmente o corolário do mito nacional que viemos debatendo até aqui: um indivíduo emotivo que guia as escolhas por preferências afetivas e pessoais. O protestante ascético é percebido como seu contrário espetacular: um indivíduo “racional” guiado por considerações impessoais e comunitárias.” (SOUZA, 2015. I-676).

Na visão do autor, a contraposição implícita entre o homem cordial, típico da sociedade brasileira, e o protestante ascético, tipicamente norte-americano serve para legitimar uma espécie de “superioridade moral” das sociedades centrais, que endeusa os Estados Unidos da América enquanto exemplo de democracia, republicanismo e desenvolvimento, enquanto o Brasil estaria ainda preso na emotividade pré-moderna, típica de uma sociedade “moralmente inferior”. (SOUZA, 2015).

Ou seja, da mesma forma como Sergio Buarque apresenta dicotomias entre Trabalho X Aventura, Semeador X Ladrilhador, a categoria do Homem Cordial só faz sentido quanto oposta a esse “protestante ascético”, que por aparecer de forma implícita, legitima uma inferioridade moral brasileira, implícita em sua obra.

Além disso, o conceito de Homem Cordial em Sérgio Buarque é cunhado de forma insuficiente e superficial, incapaz de abarcar a complexidade da formação do Estado Moderno, O Homem Cordial aparece como uma herança simplesmente dada, sem qualquer tipo de detalhamento de um processo histórico ou sociológico, aparecendo apenas como uma herança cultural dada. Souza afirma então que:

“O prestígio de Weber é utilizado de modo não weberiano, ou seja, desconsidera-se o fato de que as novas condições institucionais, como o próprio Weber muitas vezes repetiu, transformam o

protestante em utilitarista e depois em alguém que perde qualquer referência moral de sua ação”. (SOUZA, 2015, I- 717)

Sérgio Buarque faz uma análise weberiana ignorando elementos centrais desta teoria sociológica, o que faz sua análise cair numa espécie de culturalismo duro, incompatível com a dinamicidade do mundo moderno. Souza, por sim, elenca cinco pressupostos da análise de Sérgio Buarque de Holanda que contribuem para a reprodução simbólica de desigualdades, são eles:

“1. A idealização dos Estados Unidos como uma espécie de “paraíso na terra”, com justiça social e igualdade de oportunidades, com o protestante pré-capitalista e, portanto, “mítico”, servindo de contraponto crítico da situação brasileira; 2. O homem cordial brasileiro como um ser genético de todas as classes, emotivo, prisioneiro das paixões do corpo e, portanto, moralmente inferior, indigno de confiança e tendencialmente corrupto; 3. O amálgama institucional do “homem cordial” na noção de “patrimonialismo” apenas estatal, que servirá mais tarde para a contraposição entre mercado virtuoso e estado demonizado; 4. A criação de um caminho alternativo universalizável para toda a nação: um antiestatismo sob a condução dos interesses de mercado do estado de São Paulo; 5. A construção de uma ideologia antipopular, concebida como uma crítica ao populismo, que equivale a um “racismo de classe” e que perpassa também toda a sociedade.” (SOUZA, 2015. p. 762).

Apenas o último desses pontos não teve Holanda como principal inspiração. Não se trata de “jogar no lixo” toda a obra e todo o legado de Sérgio Buarque de Holanda, mas entender que sua análise quanto ao patrimonialismo e o conceito de Homem Cordial são superficiais e insuficientes. É curioso notar que a parte da obra de Holanda mais deficitária é a parte mais lida e repercutida pelo pensamento social brasileiro contemporâneo, exatamente por legitimarem o empoderamento simbólico da Operação Lava Jato e sua reprodução simbólica de desigualdades.

Souza afirma que Raymundo Faoro representa uma continuação da narrativa de Sérgio Buarque de Holanda, a partir de suas duas teses principais: de que “a) O Brasil “herda” de Portugal, para nossa desgraça, sua singularidade social e política; e b) o principal elemento que “prova” essa herança é a estrutura “patrimonial” do Estado e, por consequência, de toda a vida social” (SOUZA, 2015, I-852). Vale destacar que, com Faoro, a narrativa do patrimonialismo ganha mais detalhamento, se em “Raízes do Brasil” (HOLANDA, 1995) o patrimonialismo é explicado como uma das raízes do Brasil, detalhada principalmente no capítulo 5 (O Homem Cordial), em “Os donos do poder”, Faoro (1997) busca, ao longo de toda obra

construir uma narrativa de formação do Estado brasileiro a partir da influência portuguesa, herdada e enraizada pela colônia, mesmo após a independência. Souza então diz que “A síndrome do “liberalismo conservador” construída por Sérgio Buarque é continuada e avançada por Faoro em todas as suas virtualidades, com exceção, no caso de Buarque, do “racismo de classe” antipopulista, que é criação posterior” (SOUZA, 2015, I-852).

Desse modo, em sua obra, Faoro afirma que:

“Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. Não obstante, na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda. Há o estamento, de outro lado, das sociedades modernas, não rigorosamente vinculado à sobrevivência de traços antigos, como o gentleman inglês, tal as famílias tradicionais, o grupo de pretensas maneiras elevadas, o círculo dos políticos categorizadamente profissionais, de alto nível, próximos do poder e em torno dele gravitando. O estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas. As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras.” (FAORO, 1988, p. 23).

A título de exemplo, fica evidenciado o quanto a narrativa de Faoro busca raízes sem detalhar um processo histórico, de forma completamente estática, ignorando a dinamicidade do mundo, endossando um weberianismo refutado pelo próprio Weber.

O referido autor ainda prossegue dizendo que:

“Com isso, as convenções, os estilos de vida incidem sobre o mercado, impedindo-o de expandir sua plena virtualidade de negar distinções pessoais. Regras jurídicas, não raro, enrijecem as convenções, restringindo a economia livre, em favor de quistos de consumo qualificado, exigido pelo modo de vida. De outro lado, a estabilidade econômica favorece a sociedade de estamentos, assim como as transformações bruscas, da técnica ou das relações de interesses, os enfraquecem. Daí que representem eles um freio conservador, preocupados em assegurar a base de seu poder. Há estamentos que se transformam em classes e classes que evoluem para o estamento — sem negar seu conteúdo diverso. Os estamentos governam, as classes negociam. “Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais” (econômicas)” (FAORO, 1988, p.23).

Novamente, trata-se de uma explicação oriunda de um culturalismo duro, estático e a-histórico, de modo que a herança aparece como algo dado, fazendo parecer que o patrimonialismo é imutável na sociedade brasileira, ignorando todas as

complexidades e pluralidades de um processo de formação de um Estado-Nação, caindo numa espécie de determinismo culturalista sem verdadeiro embasamento teórico-sociológico.

O primeiro dos cinco pontos elencados por Jessé de Souza, ao se referir a Sérgio Buarque de Holanda, quanto a idealização dos Estados Unidos da América, é ainda mais presente na obra de Roberto DaMatta, que faz explicitamente uma comparação entre os EUA e o Brasil, romantizando a sociedade norte americana como uma espécie de campeã de igualdade e liberdade, uma espécie de vanguarda da impessoalidade pelo o que se nota no texto de Roberto DaMatta. Nesse sentido, Souza afirma que, na obra de Roberto DaMatta “valores passam a ser concebidos como alguma coisa que existe independente de sua institucionalização, agindo de forma misteriosa sobre os indivíduos e espaços sociais” sendo uma expressão ainda mais latente desse culturalismo duro de grande parte da tradição sociológica brasileira (SOUZA, 2015, i-1388).

Vale destacar que, o texto de Roberto DaMatta fora publicado em 1979, ainda no auge da Ditadura Militar, num período em que a repressão era forte e constante e no qual, os valores democráticos jamais poderiam ser observados no Brasil exatamente pelo fato do país experimentar, à época, um regime autoritário. Desse modo, fica muito fácil criar narrativas romantizadas sobre a realidade política norte-americana, como da mesma forma seria se a comparação fosse feita com qualquer outro país minimamente democrático. Os valores norte-americanos são engrandecidos nessa análise pela comparação quase desleal entre uma sociedade democrática e outra que experimentava uma ditadura. Vale dizer que um dos exemplos de falantes do “Você sabe com que está falando?” é exatamente um alto funcionário do Serviço Nacional de Informações, órgão central da ditadura, que comandava as principais políticas de repressão do Regime, como, por exemplo, a tortura.

O texto de Roberto DaMatta, por se tratar de um ensaio antropológico, de pesquisa de campo a partir do método da observação participante, muito pode nos dizer sobre as relações sociais dentro de um espaço-tempo, dentro de um contexto, sendo uma boa descrição de um momento histórico. Contudo, essa não parece ser uma forma cientificamente legítima de explicar a formação social brasileira, ou de determinar os

elementos principais da formação do Estado brasileiro, por se tratar de uma pesquisa que reflete um contexto específico.

1.3 A DESIGUALDADE PRINCIPAL ELEMENTO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.

A escravidão, para Jessé de Souza, é o verdadeiro berço da formação política brasileira, a formação da “ralé brasileira” se mostra como uma continuação moderna da escravidão, construindo uma sociedade simbolicamente desigual. Nesse sentido, Jessé de Souza busca entender a produção de desigualdades fugindo das explicações economicistas. Segundo o autor, essas explicações são demasiadamente simplistas e superficiais. Souza define o economicismo como a “cegueira da dimensão simbólica do capitalismo” (SOUZA, 2015, I-257), incapaz de dar conta da complexidade da realidade social brasileira. Diante disso, Jessé de Souza afirma que:

“O economicismo é a crença explícita ou implícita de que o comportamento humano em sociedade é explicado unicamente por estímulos econômicos. Mas não são economicistas apenas os economicistas ou cientistas sociais que compartilham a mesma visão de mundo. Nosso senso comum compartilhado também é economicista, o que faz com que, quando se fala em “níveis de renda” como correspondendo a “classes sociais”, ninguém ache isso absurdo ou ridículo. As pessoas levam a sério, mostrando que o economicismo, superficial, frágil e pobre, enquanto visão científica da sociedade é uma espécie de “visão oficial do mundo”, seja para o senso comum compartilhado por todos, seja para as “ciências da ordem”, que se utilizam dos pressupostos do senso comum para construir suas categorias e hipóteses.” (SOUZA, 2015, I-257).

Nesse ponto, Jessé de Souza crítica a análise marxista da formação social brasileira feita por Florestan Fernandes, que é insuficiente na medida em que supervaloriza a questão econômica em detrimento da dimensão simbólica da produção de desigualdades, eminentemente simbólicas no contexto brasileiro na análise de Jessé de Souza. O economicismo é extremamente limitado até mesmo para analisar o próprio capitalismo, principalmente na realidade brasileira, sendo impossível para Jessé de Souza fazer uma análise crítica do capitalismo brasileiro a partir do referencial teórico economicista, seja ele marxista ou liberal (SOUZA, 2015).

Ao mesmo passo que Jessé de Souza critica o economicismo de Florestan Fernandes, o autor se baseia em Fernandes para mostrar como que a escravidão, na verdade, é a verdadeira raiz da desigualdade brasileira. Souza argumenta dizendo que, diferentemente do resto do mundo, a escravidão no Brasil foi central, pilar da estrutura social e econômica brasileira do século XIX, principal mão-de-obra da economia brasileira. É importante salientar que o regime escravista difere os indivíduos na sua condição enquanto sujeito de direitos, uma desigualdade que supera, e muito, os limites da desigualdade material. Enquanto uns são tratados enquanto cidadãos, outros são percebidos não só a partir da ausência de sua cidadania (elemento fundamental da desigualdade no Brasil até nos dias de hoje para Jessé de Souza) como também percebidos enquanto objetos, como propriedade dos senhores.

Diante dessa herança que Jessé de Souza cunha o conceito de subcidadania, fundamental para este trabalho. O Brasil é permeado por relações racistas, relações de dominação que oprimem até mesmo a condição de cidadão dos dominados, que seriam, simbolicamente, percebidos enquanto cidadãos de segunda classe. O racismo, expressão da desigualdade na formação brasileira, aparece como racismo de cor-de-pele, baseado unicamente na diferenciação étnica, mas principalmente como “racismo cultural”, pautado no poder simbólico na formação social brasileira. Na medida em que a miscigenação da população brasileira fora produzida pelas reiteradas práticas de estupro de senhores contra suas escravas, a divisão puramente étnica, segundo Souza, foi dinamizada e o racismo fora mascarado, migrando, gradativamente, para o campo simbólico, do racismo cultural. Esse novo tipo de racismo, por não ser “visível a olho nu”, nas palavras de Souza, se torna ainda mais perverso e difícil de ser combatido. A subcidadania, então, antagoniza com a supercidadania, exercida pela elite, privilegiada enquanto cidadã de primeira classe. Desse modo que se forma a concepção de ralé brasileira, composta por essa “raça” de subcidadãos. (SOUZA, 2006).

Jessé de Souza faz uso da teoria de Pierre Bourdieu em sua análise, sendo este também importante para o presente projeto. Bourdieu faz uma crítica ao marxismo a partir do elemento simbólico, para Bourdieu o marxismo é insuficiente para explicar a realidade social. O materialismo histórico dialético erra, segundo Bourdieu, ao

analisar a realidade social a partir do plano material. Segundo Bourdieu é o simbólico que precede o real, de modo que o material não pode ser analisado de forma isolada do simbólico.

Para analisar o Poder Simbólico, Bourdieu se pauta em três categorias: O Campo, o habitus e o capital. O campo significa um espaço simbólico, aonde as relações sociais de um grupo se articulam. O campo é um universo social específico, sistema de posições dinâmicas de dominação. Em cada campo possui o habitus específico, que são os comportamentos compartilhados, reproduzidos, distintos e distintivos dentro do campo, que definem sua inserção no campo como também sua posição dentro dele. Cada comportamento, maneira ou opinião dentro de um Campo corresponde a um capital simbólico, desse modo, o acúmulo de capitais simbólicos é que define os dominadores de um determinado campo. Vale dizer, que o capital simbólico, segundo Bourdieu, é também dinâmico, variando de acordo com o Campo, de modo que um mesmo comportamento possa representar um enorme capital simbólico em um determinado Campo e, ao mesmo tempo, nada significar simbolicamente em outro Campo (BOURDIEU, 2003).

1.4 DESIGUALDADE E CORRUPÇÃO NO COMPARATIVO INTERNACIONAL.

Um exemplo bem simples, e bastante ilustrativo do tamanho da desigualdade no Brasil e o quanto essa é marcante no contexto brasileiro, é o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desse modo, é interessante comparar a questão da desigualdade com a da corrupção no Brasil a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano, elaborado pela ONU com o Índice de Percepção da Corrupção referente ao ano de 2017, elaborado pela ONG Transparência Internacional.

Segundo a Transparência Internacional (2018), o Brasil ocupa a 96^o posição, entre 180 países analisados, com 37 pontos, num índice que varia de 0 a 100, de modo

que quanto mais o índice se aproxima de 100, mais um determinado país tem uma menor percepção de corrupção, enquanto quanto mais próximo de 0, maior é a percepção de corrupção, de modo que os países menos corruptos estão no topo do ranking. O Brasil, nesse quesito, teve uma posição mediana, assim como é dos nossos demais indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano, apresentado pela ONU (2017) no qual o Brasil figura como o 79º no ranking do IDH.

No ranking da Transparência Internacional, o Brasil figura atrás de países como Argentina, Cuba, Chile, e Uruguai, mas aparece a frente de países como, Bolívia, Honduras, Equador, México e Rússia. O Brasil, com 37 pontos no ranking, aparece exatamente empatado com outros países da América Latina como Colômbia, Peru e Panamá. Ou seja, nesse ranking fica evidenciada que a corrupção não é uma característica essencial da realidade brasileira, que nesse quesito, o Brasil nada se difere da média da América Latina. Valendo dizer que, o ranking da Transparência Internacional é relativo ao quanto a corrupção é percebida, de modo que a Lava Jato fez o Brasil cair no ranking, saindo da 79ª posição no ano anterior e indo para a 96ª em 2017. Ou seja, os mecanismos bastante incisivos de combate a corrupção contribuíram para que esta fosse mais percebida, restando fortes dúvidas se países como África do Sul e China, que aparecem a frente do Brasil no ranking, realmente seriam menos corruptos.

Contudo, é na desigualdade social que o Brasil destoa, não só comparado ao restante da América Latina, como também a países da África e Ásia. A desigualdade é medida no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (2017) a partir do Índice de Gini. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, extrema é a desigualdade no país, e quanto mais próxima de 0, mais igual é uma determinada sociedade.

O Brasil, mesmo tendo experimentado uma redução de suas desigualdades nos anos 2000, ainda figura como o 10º país mais desigual do mundo, num ranking que é encabeçado pela África do Sul, país no qual vigorou, até o ano de 1994, o Apartheid, um regime de segregação racial.

Segundo o relatório da ONU, o Brasil aparece como o terceiro país mais desigual das Américas, apenas atrás de Paraguai e Colômbia, mas bem colado nesses dois países. O Brasil possui o Índice de Gini de 0,515, enquanto o Paraguai possui 0,517 e a Colômbia possui 0,535. O Brasil aparece como uma sociedade mais desigual que diversos outros países, como Ruanda, Congo, Guatemala, Equador, Peru dentre diversos outros.

Vale destacar que, de forma alguma, a mera comparação entre os indicadores sociais é suficiente para analisar a questão da desigualdade comparada a corrupção e a tese do patrimonialismo por todas as insuficiências, tanto do Índice de Gini como do Índice de Percepção da Corrupção. O primeiro é insuficiente por medir a desigualdade apenas a partir do fator renda, o que pode fazer a análise cair no economicismo já criticado no presente trabalho, enquanto o segundo denota apenas a percepção da corrupção, e não a corrupção real. Porém, essa comparação aparece como um indicativo importante das verdadeiras mazelas da sociedade brasileira.

2. A OPERAÇÃO LAVA JATO E A CONSTRUÇÃO DA SUBCIDADANIA.

Como já fora abordado anteriormente, segundo Jessé de Souza (2006) a tese do patrimonialismo, cunhada por autores como Roberto DaMatta, Raymundo Faoro e, principalmente, por Sérgio Buarque de Holanda, serve para obscurecer e naturalizar a desigualdade no Brasil. Nesse sentido, Souza afirma que:

“[...] Com isso, Sérgio Buarque se transforma no criador da auto-interpretação dominante dos brasileiros no século XX. Para meus interesses aqui, convém relevar a ideia do *homem cordial* reproduzindo a essencialização e desdiferenciação característica da ideia de hibridismo e de singularidade cultural como unidade substancializada. O *homem cordial* é definido como o brasileiro de todas as classes, uma forma específica de ser gente humana, que tem sua vertente tanto intersubjetiva, na noção de personalismo, quanto uma dimensão institucional, na noção de patrimonialismo. [...]” (SOUZA, 2006, p. 188).

O autor ainda prossegue afirmando que, nesse sentido, a tese do patrimonialismo tem a utilidade de reforçar a subcidadania no Brasil, ao contribuir para a naturalização da desigualdade. Desse modo, ele diz também que:

“Para os meus objetivos, no entanto, o fundamental é que essa ideologia explícita se articula com o componente implícito da “ideologia espontânea” das práticas institucionais importadas e operantes também na modernidade periférica, construindo um extraordinário contexto de obscurecimento das causas da desigualdade, seja para os privilegiados, seja também, e muito especialmente, para as vítimas desse processo. Esse, parece-me, é o ponto central da questão da naturalização da desigualdade entre nós.” (SOUZA, 2006, p. 188).

O referido autor coloca que, na medida em que a tese do patrimonialismo ganha eco e força dissemina-se a ideia de que o mercado é virtuoso e que está no Estado a causa de todas as nossas mazelas sociais e políticas brasileiras. A tese do patrimonialismo então serve para legitimar pautas conservadoras voltadas para obscurecer e intensificar as desigualdades no Brasil.

Nesse sentido, como será abordado neste capítulo, a Operação Lava Jato, ao reforçar a tese do patrimonialismo, fortalece os setores políticos mais conservadores da política brasileira, com um discurso neoliberal pró-mercado, contra os direitos trabalhistas, contra políticas sociais e a favor da privatização do patrimônio público.

As eleições de 2018, como será demonstrado a seguir, aparecem como um nítido reflexo de como a Operação Lava Jato foi utilizada como mecanismo para dar força as pautas neoliberais, que, por sua vez, legitima um novo tipo (e verdadeiro) de patrimonialismo, que tenta tomar a propriedade nacional além de criticar o recolhimento de impostos a partir do bordão “imposto é roubo”, que ganha força e legitimidade política com a Operação Lava Jato.

2.1 A TESE DO PATRIMONIALISMO NA OPERAÇÃO LAVA JATO.

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, um dos rostos mais conhecidos da operação, no dia 25 de dezembro de 2015, postou um texto, entre vários outros com o mesmo teor em sua página pessoal do Facebook, sobre a questão da corrupção no Brasil. O Procurador disse que:

“A solução para a corrupção no Brasil passa pela democracia participativa. Michele Braun, em artigo sobre a corrupção no Brasil, analisa o surgimento do Estado Brasileiro como algo implantado "de forma alheia à sociedade". Reproduziu-se a estrutura do Estado português: patrimonialista, burocrático, autoritário. Não houve uma organização da sociedade, propriamente, ou a formação de uma identidade nacional. Isso deu espaço para um Estado controlado por elites, para uma "estrutura até hoje vigente do interesse dos 'donos do poder', [...] dos grandes proprietários e das nossas elites dirigentes, notoriamente egoístas e corruptas." (WOLKMER, 1990, p. 45)." Para a autora, "em toda a história brasileira, desde as elites oligárquicas às latifundiárias, o Estado esteve nas mãos de dominadores políticos, totalmente estranhos aos interesses da população." Práticas como clientelismo, coronelismo e nepotismo se estenderam ao longo de nossa história. Outros autores apontam, ainda, um "capitalismo do compadrio", em que elites econômicas e políticas se aproximam em benefício mútuo e em detrimento do povo." (DALLAGNOL, 2015)

No excerto, o Procurador reproduz a tese do patrimonialismo, ao afirmar que no Brasil a estrutura do Estado Português fora reproduzida, o que seria a causa de termos um Estado patrimonialista, burocrático e autoritário, de aproximação entre as elites econômicas e políticas que construiriam uma espécie de “capitalismo de compadrio”, ao qual a Operação Lava Jato faria oposição, combatendo a corrupção, Dallagnol ainda continua dizendo que:

“Tenho repetido que o passado explica nosso presente, mas não determina nosso futuro. Não se trata, evidentemente, de focar num antagonismo entre elites e sociedade, mas sim de buscar um governo que se dê, efetivamente, para todos. Com efeito, como Lincoln bem

colocou, a democracia é o governo "para o povo", e na grande corrupção o governo não se dá para o povo, mas sim para corruptores e corruptos." (DALLAGNOL, 2015).

Ou seja, o Procurador simplesmente reproduz a tese do patrimonialismo, proposta por Faoro, Holanda e Damatta, típica de um culturalismo duro, a-histórico, que ignora o processo de formação social, se limitando simplesmente a dizer que se trata de uma herança portuguesa, algo muito simplista e completamente insuficiente como já fora discutido neste trabalho.

Outro expoente atual relevante do Poder Judiciário é o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso. O ministro, apesar de não ser relator da Lava Jato no STF, frequentemente aparece em palestras ou concedendo entrevistas defendendo a operação, se mostrando também um ávido defensor da prisão após condenação em segunda instância, uma pauta que os integrantes da Operação Lava Jato defendem com unhas e dentes. Vale citar o episódio em que Deltan Dallagnol fez jejum antes do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Lula, o qual o Ministro Barroso votou pelo não provimento.

Em palestra realizada em Londres (ESTADÃO, 2018), o Ministro do STF afirmou que o Brasil sofre de três males: o "oficialismo", o "patrimonialismo" e a "desigualdade". O primeiro se refere, na visão do Ministro, a uma exagerada dependência do Estado no Brasil; para o Ministro, a sociedade brasileira depende demais do Estado, dizendo que essa grande dependência que geraria uma cultura do favorecimento. O segundo, o "patrimonialismo", já amplamente discutido no presente trabalho, se refere à herança portuguesa na formação social brasileira, enquanto a "desigualdade", trazida por Barroso, se aproxima muito da concepção de desigualdade de Roberto Damatta, já criticada neste trabalho, muito voltada à igualdade formal e ignorando a igualdade material.

O Ministro Barroso, em palestra realizada em Vitória-ES pela Rede Gazeta afirmou que:

"Entre as causas imediatas da corrupção está o superdimensionamento do Estado. O Estado brasileiro passou a custar mais caro do que a sociedade pode sustentar. E se o Estado ficou mais caro, a sociedade passa a viver em função dele e não ao contrário. O Estado passa a se meter em muitos espaços, o que

estimula a ineficiência, a politização excessiva e a corrupção.” (GAZETA, 2018).

O ministro reproduz e reafirma a visão de que o Estado é a causa e o centro de todas as mazelas sociais, deixando implícito, em seu discurso, a visão do mercado enquanto um espaço virtuoso, imune à corrupção, que só se corrompe devido a presença do Estado.

Ao criticar uma suposta “politização excessiva”, afirmando que o “Estado ficou muito caro”, o Ministro reforça a pauta conservadora e o verdadeiro patrimonialismo, exemplificado principalmente nas privatizações e na sonegação fiscal. A fala do Ministro Barroso dá embasamento a discursos como o do “imposto é roubo”, muito reproduzido, por exemplo, por Kim Kataguri, eleito deputado federal por São Paulo em 2018, com votação extremamente expressiva. Kataguri é um dos líderes do Movimento Brasil Livre, que defende a privatização de estatais, incentivos fiscais e tributários para diversos setores da sociedade, bem como uma expressiva diminuição de impostos. (MBL, 2018)

Nesse sentido, Souza (2017), muito bem coloca que “A corrupção patrimonial substitui a análise das classes sociais e suas lutas por todos os recursos materiais e imateriais escassos”. Ou seja, a Lava Jato, ao reforçar e reproduzir a tese do patrimonialismo, mascara, naturaliza, e reproduz as desigualdades no Brasil uma vez que o Estado, único agente de políticas públicas que possibilita a redução das desigualdades, é demonizado, o que fortalece a agenda neoliberal.

Em prol desse projeto político que a tese de Faoro, Holanda e Damatta se torna dominante na sociologia brasileira. Souza, diante disso afirma que:

“A tese do livro de Faoro é clara desde o início: sua tarefa é demonstrar o caráter patrimonialista do Estado e, por extensão, de toda a sociedade brasileira. Esse caráter patrimonialista responderia, em última instância, pela substância intrinsecamente não democrática, particularista e baseada em privilégios que sempre teria marcado o exercício do poder político no Brasil. Ou seja, o conceito de patrimonialismo passa a ocupar o lugar que a noção de escravidão e das lutas de classe que se formam a partir dela deveria ocupar.” (SOUZA, 2017, I-2878).

A intelectualidade brasileira esquece propositalmente de dizer que, o Brasil não é um dos países mais corruptos do mundo, como já foi abordado neste trabalho. O

ranking de percepção da corrupção traz o Brasil na 96ª posição entre 180 países ranqueados, uma posição mediana que condiz com os demais indicadores sociais brasileiros (como IDH, PIB per capita etc.). Como já foi dito, o indicador mais marcante da realidade social brasileira é nossa desigualdade social, que nos coloca na incrível posição de 10º país mais desigual do mundo.

2.2 O ELITISMO DA OPERAÇÃO.

O Procurador Carlos Fernando Lima, outro rosto muito conhecido da Operação Lava Jato, publicou, em seu perfil no *Facebook*, no dia 23 de Abril de 2018, o seguinte texto de autoria de David Coimbra:

“Por que em Curitiba?
A Lava-Jato só tinha um lugar para se desenvolver

David Coimbra

A Lava-Jato só seria possível em Curitiba. Em São Paulo, ama-se muito o dinheiro para sediar uma operação desse tipo. No Rio, ama-se demais a malandragem. Em ambas as cidades, as investigações seriam interrompidas já no começo. Em São Paulo, pela força dura da grana. No Rio, pelo poder mole da delinquência afável.

Em Porto Alegre, a Lava-Jato também não vicejaria, porque a cidade, como nenhuma outra do país, vive atormentada pela ideologia. Porto Alegre é a capital do fundamentalismo. Qualquer fundamentalismo. Não há a suavização do pragmatismo paulista ou da tolerância carioca. Há uma estúpida nobreza de sentimentos que torna tudo rascante, tudo caso de confronto. O sujeito não é um idiota, mas age como um idiota porque acha que é o certo a fazer. O que, em geral, o transforma em um idiota. E emperra a cidade porque há oposição a tudo e, sempre, oposição incondicional.

Em Curitiba, há uma elite cultural parecida com a porto-alegrense, de boa formação cultural. Só que, em Curitiba, essa elite cultural está a salvo da tacanhice ideológica. Há, também, boa qualidade de vida, como em São Paulo, sem o exagero da riqueza obscena. E certa dose de cosmopolitismo, como no Rio, sem o contágio da doce parceria na contravenção.

Por estar longe demais das capitais, Curitiba teve tempo e ambiente para se transformar na matriz de uma nova casta de funcionários públicos que se formou no país. Eles estão em praticamente todos os Estados, mas em Curitiba tiveram tranquilidade para se desenvolver e, por fim, agir. São jovens sérios, honestos, modestos e trabalhadores, que querem o bem do Brasil. São quase monótonos, de tão certinhos. Como é Curitiba.

Se você acompanhou o julgamento de Lula no TRF4 e viu algum outro, qualquer outro, do STF, terá a exata dimensão do que estou

tentando dizer. Há dois tipos de entendimento de Justiça no Brasil. Um, antigo, barroco, lento, de origem lusitana, representado principalmente pela primeira turma do STF, aquela formada por Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Lewandowski e o decano Celso de Mello. Esses juízes se expressam de forma tortuosa, seu verbo é gótico, eles são grandiloquentes e empertigados. Eles defendem uma Justiça morosa, cartorial, carregada de possibilidades recursais, trâmites obscuros e impedimentos regimentais. Gilmar Mendes chama-a de "libertária", quando, na verdade, é apenas leniente. É a Justiça tardia, que não se faz jamais. Ou seja: a Justiça injusta.

Já o TRF4 protagoniza uma Justiça de modelo anglo-saxão, prática, direta, que não se deixa burlar por pormenores regimentais. Esses juízes não admitem a esperteza jurídica. Se uma das partes tenta usar a letra da lei para embair a própria lei, eles logo apontam a má-fé. E a punem.

É essa a Justiça que a sociedade brasileira está exigindo. São servidores com esse estofado de que os cidadãos brasileiros precisam, no século 21. A lei não é imutável. A lei muda de acordo com a necessidade da sociedade. A velha forma de se fazer justiça no Brasil não atende mais aos anseios da sociedade. Na verdade, nunca atendeu. O Brasil quer ser cada vez mais parecido com a República de Curitiba. E será." (COIMBRA, 2018)

No texto, se fala de uma elite cultural curitibana, que teria se tornado dominante no funcionalismo público da cidade. Terra de uma nova "casta" de funcionários públicos, que, segundo o jornalista, são "jovens sérios, honestos, modestos e trabalhadores, que querem o bem do Brasil", o jornalista ainda continua dizendo que esses funcionários públicos que representam essa nova elite do funcionalismo são "quase monótonos, de tão certinhos". Na verdade, essa elite de funcionários públicos não representa nada de novo, sendo apenas uma reprodução das velhas elites curitibanas, como será demonstrado a seguir. Além disso, vale notar que das cidades citadas pelo autor, todas são do eixo sul-sudeste, como se a vanguarda anticorrupção só tivesse possibilidade de se desenvolver em regiões de elite.

Oliveira, Monteiro, Goulart e Vanali (2017), em artigo publicado pela Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) fazem uma análise das origens familiares dos principais nomes da Operação Lava Jato, relacionando a relação de cada um deles com as elites tradicionais paranaenses. Os pesquisadores afirmam que o Paraná se trata de um dos Estados mais conservadores do país, comandado por elites oligárquicas que se perpetuam no poder, de modo que são sempre as mesmas famílias que comandam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário do Estado.

Os pesquisadores afirmam que:

Não se pode compreender, portanto, a “elite da Lava-Jato” sem compreender a rede de relações sociais, profissionais, políticas e ideológicas que constituem estes agentes. Tais agentes não podem ser compreendidos dissociados de suas trajetórias e das trajetórias de seus familiares. Assim como não podem ser analisados de forma isolada, como indivíduos abstratos, que agem de acordo com o que “diz a lei”. São indivíduos concretos que possuem intenções e interesses em suas ações, além de pertencerem a famílias e classe sociais “privilegiadas”, possuidoras de uma cosmovisão de mundo, que, em muito, foi construída no decorrer do processo histórico nas principais instituições que formaram e formam as elites jurídicas e as elites políticas do país. Estas são conectadas e atreladas às elites do dinheiro, que em sua totalidade formam, com a elite midiática, a classe dominante em nosso país. (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017, p. 2-3)

Os autores afirmam ainda que, mapear a família e os ciclos de socialização desses atores permite entender melhor a percepção de valores subjetivos, de gostos, percepções e opiniões políticas, mapear as origens familiares desses atores permite uma problematização: De que modo a atuação dos membros da Operação Lava Jato opera “a partir dos valores e percepções materializadas, incorporadas (muitas vezes inconscientes) e orientadas pela classe a qual pertencem?” (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017 p.2). Além disso, os autores ainda afirmam que pesquisar as origens familiares desses atores permite entender como que esses agentes agem de acordo com interesses incorporados ao longo da formação de cada um, o que possibilita desmistificar “o mito das decisões neutras”.

Os autores mostram que Sérgio Moro é descendente de imigrantes italianos. Seus pais se mudaram para Maringá na década de 1960, a convite do cunhado da mãe do Juiz, Neumar Godoy, fundador e reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), criada pelo coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação no Governo Médici. No caso da Ação Penal 470, o “Mensalão”, Moro foi convocado para auxiliar a Ministra Rosa Weber, que ficou marcado por proferir as seguintes palavras ao condenar José Dirceu: “não tenho prova cabal contra Dirceu, mas vou condená-lo por que a literatura jurídica me permite”. Sérgio Moro é casado com Rosângela Wolff de Quadros, advogada, prima do prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo. Wolff e Moro são famílias de imigrantes, com presença marcante no poder judiciário curitibano, do lado de Moro, tem-se o desembargador Hildebrando Moro, e do lado Wolff tem-se dois outros desembargadores: Fernando Paulino da Silva Wolff Filho e

Haroldo Bernardo da Silva Wolff. (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017, p. 9-10).

Carlos Fernando dos Santos Lima, considerado o estrategista da Operação, é filho do deputado estadual da ARENA Osvaldo dos Santos Lima, presidente da Assembleia Legislativa do Paraná no ano de 1973, auge da Ditadura Militar. Seu avô, Luiz dos Santos Lima, foi juiz e comerciante em São Mateus do Sul, na época do coronelismo local, sendo que esta família, na Genealogia Paranaense, se situa nas oligarquias da Lapa, entre escravistas e latifundiários. Além disso, dois irmãos de Carlos Fernando foram membros do Ministério Público do Paraná. (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017, p. 12)

Vale ainda citar o coordenador da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, que também possui laços familiares dentro da burocracia, Dallagnol é filho do procurador de justiça Agenor Dallagnol, ambos são membros da Igreja Batista. Como nos outros dois casos, percebe-se uma reprodução de valores conservadores dentro da elite estatal, que se perpetua no Poder. (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017, p. 12).

Como foi abordado no texto de Coimbra, compartilhado por Carlos Fernando Lima, trata-se sim de uma elite de funcionários públicos, mas não no sentido trazido pelo texto. A elite que comanda a Lava Jato se mostra como uma elite arcaica, conservadora, que se apropria do Estado, exatamente como se esse fosse uma extensão do núcleo familiar, o Procurador Carlos Fernando Lima é um exemplo claro disso, sendo que, as histórias de sua família e do Ministério Público no Paraná se confundem.

A própria tese do patrimonialismo, difundida, reproduzida e reforçada pela Operação Lava Jato é percebida na trajetória de vida desses agentes públicos, uma vez que as histórias das famílias se confundem com o Estado, sendo nitidamente possível traçar a árvore genealógica burocrática dessas famílias. Essa tal “nova casta” de funcionários públicos não tem nada de novo, reproduz da mesma forma o familismo e o patrimonialismo que eles tanto condenam. A república de Curitiba se mostra uma verdadeira Oligarquia de Curitiba, o que indica que a Operação é um mecanismo na

busca de autoridade e poder. A recente indicação de Sérgio Moro como Ministro do futuro governo do presidente eleito Jair Bolsonaro é um grave exemplo de como a Operação pode ter sido utilizada na busca de prestígio e poder entre os setores conservadores.

2.3 A OPERAÇÃO LAVA JATO E A “CORRUPÇÃO REAL”.

A Operação Lava Jato para lograr sucesso, necessitou de um expressivo apoio da mídia, sem a mídia a Operação jamais seria possível, como vários atores importantes desse processo mesmo admitem. Nesse sentido, o próprio Juíz Sérgio Moro, em entrevista ao Estadão afirma que:

“A Mãos Limpas ilustrou que, sem o apoio da imprensa e da opinião pública, é muito difícil a condução de processos contra criminosos poderosos. Estes têm poder político e econômico que pode ser utilizado indevidamente para gerar impunidade, independentemente da culpa. Então, é necessário contrabalançar esse poderio, não só com a ação firme da Justiça, mas com o apoio da opinião pública. Daí a importância da publicidade e da transparência desses processos, da liberdade de expressão e de imprensa, isso não para manipular a opinião pública, mas para obter o apoio necessário através da demonstração da correção da ação da Justiça.” (ESTADÃO, 2017).

O juiz cita a operação italiana Mãos Limpas (*mani pulite*) como fonte de inspiração, ao dizer que essa operação deixou claro que sem o apoio da imprensa a operação não lograria sucesso, o que é de se questionar é como, de que forma e por que esse apoio é fornecido. Em artigo publicado em 2004, o juiz faz o seguinte comentário acerca da operação italiana:

“Os responsáveis pela operação mani pulite ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da “mani pulite” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no “L’Espresso”, no “La Republica” e outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva.” (MORO, 2004, p. 59)

O juiz afirma que o fato de a “mani pulite” ter vazado como uma peneira fora útil para a operação, que só assim conseguiu lograr êxito. O juiz praticamente defende o vazamento de informações sigilosas como forma de obter apoio político para a

operação. Este excerto é interessante diante de todos os vazamentos de delações premiadas que ocorreram durante a Operação Lava Jato.

O juiz afirma que o apoio da imprensa é fundamental, mas esquece de dizer que este apoio pode não vir de forma totalmente desinteressada. Ao aderir à tônica da Operação Lava Jato, a imprensa pode tranquilamente buscar do que a satisfação de seus próprios interesses a partir de vazamentos seletivos visando alvos específicos bem como daqueles que essa mídia representa. O próprio procurador da Lava-Jato Carlos Fernando Lima afirma, em entrevista ao *The Intercept* (2018) afirma que a Operação Lava Jato começou a enfrentar problemas quando percebeu-se que o PT não era o único alvo.

Diante disso, Jessé de Souza afirma que:

“um grupo de mídia se intromete seletivamente na política, se alia a juízes com agenda própria e corporações com interesses particulares, como MP e a Polícia Federal, chantageia e ameaça juízes de tribunais superiores e políticos, usando a turba protofascista da classe média como massa de manobra, e consegue destronar um governo eleito democraticamente [...]” (SOUZA, 2017)

O sociólogo mostra como que a atuação do juiz e da mídia, principalmente por parte da Rede Globo, foi fundamental para a queda do governo Dilma, com a divulgação de grampos telefônicos de conversas entre Dilma Lula e aliados. Conversas que não indicam o cometimento de qualquer crime, mas que foram cruciais para a perda de apoio do governo. Vale citar, a título de exemplo, a conversa da ex-primeira-dama Marisa Letícia que diz, em conversa privada, que “cozinha tem que enfiar as painelas no ...”. (GLOBO, 2016).

É curioso notar que a operação mani pulite, inspiração da Lava Jato, teve como principal alvo o Partido Socialista Italiano, enquanto a Operação Lava Jato teve como principal alvo o, também de esquerda, Partido dos Trabalhadores. O cientista político Alberto Vanucci afirma, em entrevista a rede BBC (2018) que a operação Mani Pulite culminou na ascensão de Silvio Berlusconi, um líder tosco de direita, ao cargo de primeiro ministro enquanto a Lava Jato culminou com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro em 2018, uma figura tosca de um conservadorismo que

se aproxima do fascismo. Bolsonaro, que até antes da operação tinha pouca expressão política, inclusive já declarou algumas vezes que sonega impostos.

A sonegação fiscal, defendida pelo presidente eleito em 2018, que se mostra como o verdadeiro patrimonialismo, a “corrupção real” que fora legitimada com o decurso da Operação Lava Jato que, dentre outras coisas, culminou com a eleição de Jair Bolsonaro. Sobre essa “corrupção real”, Jessé de Souza afirma que:

“No caso brasileiro, estima-se a evasão fiscal em US\$ 520 bilhões. “Corrupção real”, esta muito maior que toda a corrupção apenas da “política”, que não é vista como tal pela população midiaticamente manipulada. Não nos esqueçamos de que a farsa da Lava Jato se rejubila de ter recuperado a merreca de R\$ 1 bilhão!” (SOUZA, 2017, i-2442).

A rede globo, para Jessé de Souza, aparece como uma grande representante dessa “elite do atraso”, dando o apoio necessário para a Operação Lava Jato seguir em frente, representando o interesse da “elite do atraso” em mascarar e naturalizar a “corrupção real” da evasão fiscal. (SOUZA, 2017)

CONCLUSÃO

É curioso e chega a ser irônico perceber que novamente a história se repete, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, p. 25, 2011). Essa frase é utilizada por Karl Marx ao comparar a ascensão de Napoleão Bonaparte como Imperador na França em 1799, com a ascensão de seu sobrinho, Luís Napoleão Bonaparte, eleito presidente da França em 1848. Para Marx a ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono francês em 1799 foi uma tragédia por representar a consolidação dos ideais liberais na República da França, impedindo o avanço dos ideais revolucionários, enquanto a ascensão de Napoleão III fora uma farsa uma vez que este ascende com amplo apoio das camadas populares, após a primavera dos povos, e trai os anseios populares ao se aliar as elites após ascender ao poder. (MARX, 2011).

A frase dita por Marx é completamente atual e, ironicamente, aplicável ao contexto da Operação Lava Jato, porque novamente a história se repetiu. Dessa vez a tragédia fora o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que, como já foi dito neste trabalho, foi, em grande parte, consequência da atuação e dos usos políticos da Operação Lava Jato, principalmente com a liberação dos grampos telefônicos do ex-presidente Lula. Uma tragédia que fez com que “pedaladas fiscais” fossem caracterizadas, pela primeira vez em nossa História, enquanto crime de responsabilidade. As tais pedaladas foram praticadas por outros 16 governadores, mas apenas no caso de Dilma essas configuraram crime de responsabilidade. Enquanto a farsa foi o julgamento e a condenação do ex-presidente Lula, uma vez que “existem inúmeros aspectos daquela decisão que não se sustentam” como disse Lênio Luiz Streck. O referido autor ainda diz que “se fossemos um país sério, 20 minutos de leitura da decisão já seriam mais do que suficientes para que sua nulidade fosse constatada” (STRECK, 2017).

Ironias e curiosidades a parte, fica evidente que a Operação Lava Jato foi utilizada como um mecanismo para a implementação de uma agenda política neoliberal no país, materializada com a eleição de Jair Bolsonaro ao posto de Presidente da República, reproduzindo o elemento fundamental brasileiro: a desigualdade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. (In) **Diálogos sobre Integridade**. Rede Gazeta: 2018. Disponível em: < <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2018/02/tempo-real-acompanhe-o-evento-dialogos-sobre-integridade-em-vitoria-1014120596.html>> Acesso em 10 de out de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COIMBRA, Deivid. **Por que em Curitiba?** (In) LIMA, Carlos Fernando dos Santos. Por que em Curitiba? 23 de abril de 2018. Post na plataforma *Facebook*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/carlos.fernando.s.lima/posts/1475007152628767>> Acesso em 25 de out de 2018.

DALLAGNOL, Deltan. **A solução para a corrupção no Brasil passa pela democracia participativa**. 25 de dezembro de 2015. Post na plataforma *Facebook*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/deltan.dallagnol/posts/99420770728960>> Acesso em 25 de out de 2018.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro – 6ª ed.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELTIS, David; **RICHARDSON**, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-46, março 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n6/2237-101X-topoi-4-06-00009.pdf>> Acesso em 10 de nov de 2018.

ESTADÃO. **Barroso nega se candidatar a cargo público e defende a Constituição em evento em Londres**. O Estado de São Paulo, Londres. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,barroso-nega-se-candidatar-a-cargo-publico-e-defende-a-constituicao-em-evento-em-londres,70002295930>> Acesso em 10 de out de 2018.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro, Globo, 1958.

GLOBO, O. Ex-primeira-dama Marisa Letícia: ‘enfie as painéis no c...’. 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/ex-primeira-dama-marisa-leticia-enfie-as-painéis-no-c-18902269>> Acesso em 20 de out de 2018.

GLOBO, O. Gilmar diz que sua decisão impedindo posse de Lula em 2016 enfraqueceu governo Dilma. 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/gilmar-diz-que-sua-decisao-impedindo-posse-de-lula-em-2016-enfraqueceu-governo-dilma-22730259>> Acesso em 20 de out de 2018.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. Capítulo 5 – O homem cordial. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTERNATIONAL, Transparency. Índice de Percepção da Corrupção 2017. Berlin, 2018. Tradução de Larissa Peixoto Gomes. Disponível em : < <https://www.ipc.transparenciainternacional.org.br/>> Acesso em 9 de nov de 2018.

LIMA, Carlos Fernando dos Santos. ‘É MEDÍOCRE ACHAR QUE A LAVA JATO É DE DIREITA’: ENTREVISTA COM CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA, PROCURADOR DA OPERAÇÃO [set. 2018]. Entrevistador: Rafael Moro Martins. The Intercept, Brasil. 2018. Disponível em: < <https://theintercept.com/2018/09/06/lava-jato-entrevista-procurador/>> Acesso em 31 de out de 2018.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. Tradução e notas - Nélio Schneider ; prólogo - Herbert Marcuse. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MBL. Propostas Aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre. 2015. Disponível em: < <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>> Acesso em 13 de out de 2018.

MORO, Sérgio. ‘A vergonha está do lado de quem se opõe à Lava Jato’ [out. 2017]. Entrevistadores: Ricardo Brandt e Fausto Macedo. ESTADÃO, 2017. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-vergonha-esta-do-lado-de-quem-se-opoe-a-lava-jato/>> Acesso em 5 de out de 2018.

MORO, Sérgio. Considerações sobre a Mani Pulite. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>> Acesso em 28 de out de 2018.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo : Publifolha,. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo), 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; **MONTEIRO**, José Marciano; **GOULART**, Mônica Helena Harrich Silva; **VANALI**, Ana Cristina. **PROSOPOGRAFIA FAMILIAR DA OPERAÇÃO "LAVA-JATO" E DO MINISTÉRIO TEMER**. REVISTA NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, p. 1-28, agosto 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: Da escravidão a Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**: entenda como você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

STRECK, Lênio Luiz. **A sentença de Moro é a prova de que a livre apreciação da prova deve acabar**. (In) **PRONER**, Carol; **CITTADINO**, Gisele; **RICOBOM**, Gisele; **DORNELLES**, João Ricardo. **Comentários a uma sentença anunciada: o Processo Lula**. Bauru: Canal 6, p. 258-266, 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2016**. New York: UN, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>> Acesso em 11 de nov de 2018.

VANUCCI, Alberto. **Pesquisador italiano teme que Moro tenha destino de 'herói' da Mãos Limpas que entrou para política** [nov. 2018]. Entrevistadora: Juliana Gagnani. Londres: BBC News Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46059869>> Acesso em 8 de nov de 2018.